



**ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HIDRICOS DO AMAZONAS – CERH-AM,  
REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE  
2016.**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7 Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, de 09h35 as  
8 11h45, na Sala de Reunião Engels Medeiros na Federação das Indústrias do Estado do  
9 Amazonas - FIEAM, situado a Av.: Joaquim Nabuco, 1919 – Centro, Manaus-AM, foi  
10 realizada a 31ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do  
11 Amazonas – CERH-AM, onde se discutiu a seguinte pauta: **1** - Abertura da reunião pelo  
12 Presidente do CERH; **2** – Informes e assuntos Gerais; **3** - Leitura e aprovação da ATA da  
13 30ª Reunião Ordinária do CERH do dia 19.07.2016; **4** - Recomposição da Câmara Técnica  
14 dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **5** – Aprovação da minuta do Decreto que institui o  
15 Comitê de Bacia Hidrográfica do Puraquequara; **6** - Atualização e recomposição do Comitê  
16 de Bacia Hidrográfica do Tarumã-Açú; **7** - Apreciação da Minuta de Resolução que trata  
17 sobre a Normatização das Subdivisões das Bacias Hidrográficas, aprovada na 26ª Reunião  
18 Ordinária do CERH; **8** – O que houver. Estiveram presentes os seguintes conselheiros:  
19 Antônio Ademir Stroski (SEMA-AM), Delna Maria Brasil (AAM), Sissy Santos (ARSAM),  
20 Heraldo Beleza da Câmara (COSAMA), Odinelza Pinho Araújo (COSAMA), Kyara Martins  
21 Formiga (CRBio), Sergio Bringel (CRQ14), Antônio Pinto de Andrade (CREA), Gisely Pereira  
22 de Souza (DEFESA CIVIL), Claudio dos Santos Belém (DEFESA CIVIL MANAUS), Izete  
23 Rodrigues Rabelo (FETAGRI), Renée Fagundes Veiga (FIEAM), Rainier Pedraça de  
24 Azevedo (FUNASA), Raquel Paiva de Oliveira (FVS), Domitila Pascoaloto (INPA), Maria do  
25 Socorro Rocha da Silva (INPA), Rosa Mariette Oliveira Geissler (IPAAM), Alvimar D'Agostini  
26 (LA SALLE), Thais Moreira Gomes (MANAUS AMBIENTAL), Armando Santarém Andrade  
27 (SEMMAS), Joyce Pampolha Santos (CPRM), Ingo Daniel Wahnfried. Estiveram presentes  
28 como convidados: Solange Batista Damasceno (Bióloga), Lucienne Aguiar pinto  
29 (SEPLANCTI), Elcimar Correa de Souza (CBHP), Sandra Regina Loyo P. Barroncas  
30 (SEMA), Izaias Nascimento dos Santos (SEMA), Marcele de Freitas Lopes (SEMA), Jose  
31 Carlos Monteiro de Souza (SEMA), Andrezza Suellen J. Lameira (SEMA), Maycon Douglas  
32 de O. Castro (SEMA), José Narbaes (SEMA), Florêncio Ivani de Castro Rodrigues (SEMA) e  
33 Glauce Maria Tavares Monteiro (SEMA). O Presidente Antonio Ademir Stroski iniciou a  
34 reunião às 09h35, dando boas vindas aos conselheiros presentes, e informando que em  
35 razão de ainda não haver quórum para deliberação e apreciação dos assuntos em pauta,

36 mesmo assim iniciará com os informes até completar o quórum mínimo para deliberações,  
37 até mesmo para valorizar os que chegaram no horário marcado. Dito isso, o Presidente  
38 informou que foi recebido da prefeitura municipal de Apuí, ainda no mês de agosto, um ofício  
39 sobre a questão hídrica do nosso Estado decorrente dos níveis das águas dos nossos rios e  
40 na ocasião o Prefeito Admilson Nogueira, de Apuí fez um comunicado de estado de alerta  
41 no município de Apuí que diz o seguinte: "Em razão da grande estiagem que vem sofrendo a  
42 região do sul do Amazonas, foram suspensos na data de hoje (04.08.16), os trabalhos de  
43 travessia do Rio Madeira, localizado no município de Humaitá (AM)...", o Presidente falou  
44 que a situação no Município se agravou e que no dia anterior aconteceu uma reunião na  
45 Secretaria com o GT de queimada e gostaria de compartilhar com todos os conselheiros. O  
46 Presidente falou que o nível do leito normal dos rios ainda vai demorar um pouco para  
47 atingir a sua normalidade e lembra que foi feito um procedimento pela Marinha do Brasil  
48 com relação ao rio Madeira de proibição de navegação no período da noite, por causa do  
49 nível baixíssimo do mesmo. Mas antes de tudo isso acontecer o Estado do Acre decretou  
50 estado de emergência, pois o rio Acre ficou em um nível muito baixo e é o rio que abastece  
51 grande parte da população de Rio Branco. Rio que, estrategicamente é muito importante  
52 para aquele Estado. Na reunião do GT de queimada, que aconteceu no dia de ontem, foi  
53 feito uma análise e temos o seguinte cenário: até a primeira semana do mês de agosto  
54 tínhamos um numero de queimadas acima do que tínhamos como referência o ano de 2015,  
55 que foi uma excepcionalidade, pois em 2015 os números de queimadas foram relativamente  
56 grandes em toda a Amazônia e no Brasil todo e agora na primeira semana de setembro,  
57 está com registro de redução dos focos de queimadas no Amazonas de um modo geral. O  
58 Presidente falou que o que lhe preocupa dentro da Secretaria de Meio Ambiente é que  
59 floresta e água não se dissociam, e devemos ter ainda este ano um aumento na área  
60 desmatada ilegal dentro do Estado do Amazonas. A Conselheira Joyce (SINDARMA) falou  
61 que quer voltar a questão do rio Madeira e informou que na sexta-feira passada tiveram uma  
62 reunião, aqui em Manaus, onde foram convidados a Marinha, DNIT, justamente para falar  
63 sobre o rio Madeira e gostaria de dizer que o sindicato vai repassar ao conselho todas as  
64 informações que tem em relação a seca desse ano, hoje o nível do rio não é tão crítico  
65 quanto a dois anos atrás e em relação ao ano passado realmente é um absurdo, mas  
66 percebeu-se que julho e agosto teve uma redução tão expressiva em relação aos anos  
67 anteriores, ou seja, o período de seca do rio esta com o espaço muito maior que nos anos  
68 anteriores, e a Federação, que ela representa, é que mais trata desse assunto e eles  
69 deduzem que pode ser influenciado pela represa das hidrelétricas, dessa forma vai passar  
70 isso ao conselho, para que de repente de alguma forma o conselho possa colaborar



71 conosco. O Presidente falou que primeiro tem que considerar o papel e a relevância de que  
72 esse conselho pode fazer inclusive com a agenda que está sendo proposta pela conselheira  
73 e um aspecto importantíssimo que não podemos deixar dissociado em nossas discussões  
74 dentro deste conselho, é que o Madeira é uma hidrovia estratégica de maior importância  
75 para economia do Estado. O conselheiro Sergio Bringel (CRQ) falou que vai ler um  
76 documento que vai de encontro com o que a conselheira falou, pois são assuntos de grande  
77 importância e que esse conselho deve ter um posicionamento. Um dos problemas ocorre  
78 exatamente no rio Madeira que causam impactos ambientais principalmente de  
79 navegabilidade entre o Amazonas e o Estado de Rondônia, e fez uma breve leitura do  
80 Regimento Interno do Conselho, o conselheiro falou que com base nos artigos citados  
81 solicita ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos: item 1 convoque o representante da  
82 hidrelétrica do Rio Madeira para explicar os principais impactos ambientais causados na  
83 referida bacia; item 2 que tome providências quanto poluição da bacia do Tarumã e por fim  
84 sobre os lançamentos indevidos na Bacia do Rio Negro dentro da cidade de Manaus. O  
85 Presidente falou que enquanto o conselheiro citava suas proposições para o conselho ele  
86 listava particularmente sobre a situação da hidrovia nas competências do artigo 4º do  
87 regimento do conselho que diz: Além de aprovar e promover o plano Estadual de Recursos  
88 Hídricos e Planos de Bacias Hidrográficas e suas modificações. Na ocasião, o Presidente  
89 falou que gostaria de fazer uma informação regimental que vai nos deixar mais confortáveis  
90 nas deliberações, em que o regimento interno em seu artigo 26, parágrafo 2º, diz o seguinte:  
91 Não havendo quórum para o início dos trabalhos, o Presidente aguardará por 30 (trinta)  
92 minutos, dando início à reunião com o quórum existente, em segunda chamada,  
93 ressalvando que neste caso as deliberações deverão requerer a aprovação de 2/3 dos  
94 membros presentes. Dessa forma, pode-se deliberar e aprovar o que estiver em pauta. O  
95 Conselheiro Antônio Pinto (CREA) falou que gostaria de voltar ao início da fala do  
96 Presidente, sobre a carta que foi encaminhada pelo Prefeito de Apuí, quando se falou no  
97 assunto das queimadas, e falou também sobre um grupo de trabalho atuante, perguntou se  
98 esse grupo de queimada apresentou algum resultado sobre as causas e origem dessas  
99 queimadas e o porquê elas vem ocorrendo. O Presidente falou que está sendo feita uma  
100 avaliação e as informações que são tratadas no Conselho de Meio Ambiente e aqui no  
101 Conselho de Recursos Hídricos, serão compartilhadas com os conselheiros de ambos os  
102 conselhos. E falou que o GT tem a seguinte avaliação: No ano passado um fato relevante foi  
103 a baixa precipitação, choveu pouco estava muito seco e o período de seca se estendeu e  
104 transpôs o período esperado das chuvas de setembro e outubro, tivemos problemas de  
105 precipitação que só começou a chover em janeiro, inclusive se verificou queimadas na bacia



106 do Rio Negro, mais particularmente no Município de Barcelos e foi computado no mês de  
107 janeiro, porque é remanescente ainda de 2015. O Conselheiro Antonio Pinto (CREA) fez  
108 mais um questionamento sobre a fala do conselheiro Sergio Bringel quando ele se refere ao  
109 sistema de esgoto no rio Negro, disse que realmente compromete parte do rio Negro e que  
110 foi chamado pelo projeto PROSAMIM para prestar serviço a algum tempo atrás e olhando as  
111 obras do PROSAMIM, no igarapé do 40, observou e questionou com alguns dos diretores o  
112 seguinte: Por que que faziam essa obra de forma errada? Porque essa obra não começa no  
113 montante lá no começo da bacia e vem até a foz do igarapé? Por que esses esgotos estão  
114 sendo jogados na bacia do igarapé, se a finalidade é salvar o igarapé? E obtive como  
115 resposta que: a finalidade era apenas a construção das casas. O conselheiro falou que em  
116 seu ponto de vista deveria ser feito um tratamento de esgoto desde o começo da Bacia até  
117 que a água lançada no rio Negro estivesse mais ou menos já purificada e não da forma  
118 como fizeram, pois hoje o igarapé do 40 está completamente poluído. O Presidente falou  
119 que irá fazer uma proposição com relação ao rio Madeira, disse que já fez algumas  
120 interlocuções com o Secretário Sidney Leite (SEPROR) sobre os impactos da subestação  
121 da hidrovia do madeira, e estava olhando que houve a criação de varias Câmara Técnicas,  
122 no art. 22 prever 15 Câmaras Técnicas, mas existe uma que poderíamos atualizá-la e que  
123 merecia uma avaliação sobre a hidrovia do madeira, a questão da navegabilidade, poderia  
124 se fazer um levantamento sobre os impactos, qual o grau de intensidade tem sobre as  
125 hidrelétricas daquela região. Estão sendo construídos portos que são importantes e a  
126 hidrovia do madeira faz escoamento de produção agrícola, inclusive de soja dos Estados de  
127 Rondônia e uma parte do Mato Grosso, é um rio estratégico. Outra informação importante é  
128 que já temos um Comitê de Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, que foi criado por um  
129 decreto em dezembro de 2015 e que a Secretaria Executiva da SEMA e a SEPLANCTI já  
130 estão tratando sobre o ZEE do rio Madeira, e ainda tem R\$ 1,5 (um milhão e quinhentos mil  
131 reais) do PROFLORAM que é da cooperação alemã, destinado a esse zoneamento do  
132 madeira. Ainda no mês de outubro vai abrir processo licitatório para ser utilizado esse  
133 recurso para essa finalidade. O Presidente falou ainda, que tem uma Câmara Técnica  
134 prevista no regimento denominada “Câmara Técnica de Portos e Hidrovias” e que pode ser  
135 composta agora para contribuir fazendo essa avaliação e trazer para o conselho para  
136 apreciação e na sequência deliberação sobre a hidrovia do madeira e também poderá  
137 acompanhar o ZEE do rio Madeira. A Conselheira Gisele (DEFESA CIVIL) falou que  
138 percorreu, com uma equipe, um trecho do rio madeira e verificou que tem muitas balsas que  
139 fazem mineração e queria saber se tem alguma câmara para estudar e analisar os impactos  
140 da mineração no recurso hídrico, e que, segundo populares, são mais de mil balsas e com



141 certeza tem um impacto. O Presidente falou que isso é outra atividade econômica do  
142 madeira, e na defesa da articulação dessa câmara técnica de portos e hidrovias que ela  
143 tenha como pauta, de imediato a questão do rio Madeira, e pode auxiliar o IPAAM porque o  
144 licenciamento dessa atividade da lavra garimpeira de ouro, que inclusive tem uma resolução  
145 do Conselho Estadual de Meio Ambiente é uma atribuição do IPAAM e realmente para  
146 fiscalizar isso não é fácil. A Conselheira Rosa Marrieth (IPAAM) disse que com relação as  
147 balsas um dos problemas que o IPAAM tem é que nenhum daquele pessoal está licenciado  
148 e que o maior problema é o não cumprimento dessa Resolução do CEMAAM. Foram  
149 impostas restrições que não foram cumpridas, e aquelas balsas que ficam próximo a  
150 Humaitá são pessoas do próprio município. São as balsinhas que em determinado período  
151 do ano eles fazem agricultura e outra parte do ano a garimpagem. É um problema sério que  
152 temos que nos reunir e resolver. O Presidente fez o seguinte encaminhamento: Propôs que  
153 se faça a reativação dessa Câmara Técnica de Portos e Hidrovias, tendo como agenda  
154 prioritária a Hidrovia do Rio Madeira. A Câmara Técnica pode tratar com relação a hidrovia  
155 do madeira a questão dos impactos decorrentes das hidrelétricas, a questão da dragagem  
156 do rio e todas as significâncias em relação ao madeira. Perguntou quem se dispõe a compor  
157 a Câmara Técnica. Manifestaram-se as seguintes instituições: FIEAM, SINDARMA, CREA,  
158 AAM, SEPLANCTI e IPAAM, na ocasião o Presidente propôs que já fosse escolhido um  
159 coordenador para essa Câmara e a SEMA apoia os trabalhos da Câmara. A FIEAM foi  
160 escolhida como coordenadora da Câmara Técnica de Portos e Hidrovias. Já em novo  
161 assunto, o Presidente informou que a OAB encaminhou para a Secretaria Executiva desse  
162 conselho a proposta de uma moção para tratar das questões transfronteiriça em Tabatinga,  
163 o Presidente fez uma breve leitura do ofício encaminhado. Dessa forma, o Presidente  
164 colocou para apreciação a moção. O Conselheiro Antônio Pinto (CREA) falou que além da  
165 questão tríplice fronteira, tem a questão da mineração, que os índios estão tirando Anita  
166 com um alto teor de oxido de tântalo e isso no Brasil está em torno de 200 dólares o kg  
167 vendido do outro lado da fronteira na Colômbia. Em processo de votação, o Presidente  
168 perguntou quem vota pela aprovação da moção, a moção foi aprovada com 16 votos a favor  
169 e 02 contrários, não houve abstenção. O Conselheiro Ranier (FUNASA) fez o seguinte  
170 encaminhamento: Que o conselho faça uma moção nos mesmos moldes envolvendo a  
171 SEMA, IPAAM e Prefeitura de Tabatinga. O Presidente pediu que o conselheiro  
172 encaminhasse a minuta para a Secretaria executiva do conselho, assim como a OAB fez. O  
173 Presidente passou para o passo seguinte, leitura e aprovação da Ata da 30ª Reunião  
174 Ordinária de 19 de julho de 2016. O Presidente colocou para apreciação dos conselheiros,  
175 após apreciação a ata foi aprovada por unanimidade. Passo seguinte, a Aprovação da



176 minuta do Decreto que institui o Comitê de Bacia Hidrográfica do Puraquequara. O  
177 Presidente falou que, o Comitê do Puraquequara ainda não tinha o seu Decreto de criação,  
178 que ele existia de fato, porem não existia de direito e em uma conversa com o Sr. Elton no  
179 Gabinete da SEMA foi proposta a regulamentação desse Decreto, O Presidente após  
180 esclarecimentos e não havendo manifestação colocou em votação, sendo aprovado com 19  
181 votos a favor, não havendo contrário ou abstenções. Passo seguinte, recomposição da  
182 Câmara Técnica dos Comitês de Bacias Hidrográficas. O Presidente passou a palavra para  
183 o Sr. José Carlos (SEMA). O Sr. José Carlos sugeriu que fosse usado a mesma dinâmica  
184 que foi usada para compor as outras câmaras técnicas, na composição da Câmara Técnica  
185 de Bacias Hidrográficas. Informou que no último ponto de pauta dessa reunião está para  
186 apreciação a Minuta de Resolução que trata sobre a Normatização das Subdivisões das  
187 Bacias Hidrográficas, aprovada na 26ª Reunião Ordinária do CERH, e que precisa ser  
188 regulamentada, pois foi aprovada e não foi publicada, explicou como foi dividido as bacias  
189 hidrográficas. O Presidente pediu para projetar o mapa das divisões hidrográficas e fez uma  
190 leitura do mapa para os conselheiros entenderem melhor a divisão. Na ocasião foi realizada  
191 a composição Câmara Técnica das Bacias Hidrográficas, que foi composta pelas seguintes  
192 instituições: CRQ, IPAAM, Solange (convidada), CREA-AM, INPA, CBHP, FIEAM,  
193 SEPLANCTI. O Presidente falou que, a Câmara Técnica deverá rever o Regimento Interno  
194 do Tarumã, a composição do Comitê do Tarumã-Açú e escolher um coordenador para  
195 conduzir os trabalhos dentro dessa câmara. Após e esclarecimentos o Presidente Antonio  
196 Ademir Stroski, deu por encerrada a 31ª Reunião Ordinária do CERH- AM às 11h50,  
197 agradecendo a presença dos conselheiros. Eu, Glauce Maria Tavares Monteiro, Assessora  
198 do CERH, lavrei a presente ATA que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas  
199 assinaturas de todos os membros presentes.

200

201

202

Secretaria Executiva do CERH